

DE COMPANHEIRA A VILÃ: nós, os outros, e a morte¹.

*Anne Caroline Nava Lopes UFMA².
Silvia Cristianne Nava Lopes UFMA³.
Isanda Maria Falcão Canjão CEUMA⁴.*

RESUMO: A abordagem sobre a temática da morte que aqui se deseja construir tomando como referência a adotada *perspectiva histórica* aplicada por Elias ao estudo sobre os costumes ultrapassa, portanto, uma conotação biológica e assume sua significação na esfera social. Portanto, a presente discussão não é sobre a morte física ou sua experiência em nível psicológico, mas sobre a morte como uma expressão de nível coletivo - sociogênese. Não queremos substituir uma explicação biológica por uma explicação puramente social, mas sim explorar a imbricação entre os fenômenos sociais e biológicos observando o controle estatal sobre o morrer.

Palavras Chaves: Morte; Ciência; Medicalização.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho decorre da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Ciências Sociais e dos estudos da tanatologia e pretende explorar um aspecto específico sobre a morte, qual seja, as relações entre saber médico e a morte. Acreditamos que o estudo sobre as relações entre a medicina e a morte é uma das maneiras mais eficazes de se compreender o impacto que o desenvolvimento tecnológico e o saber médico exercem sobre a sociedade contemporânea, principalmente no que concerne ao controle social sobre a forma como as pessoas morrem, sob o prisma regulador estatal que legitima o saber médico.

Norbert Elias (2001) destaca algumas formas de análises que se desenvolveram no curso da história de trato com o lidar com a morte. Apontaremos duas principais. Dentre essas formas, tem-se a mais antiga, que consistia naquilo que ele designou de “mitologia” que corresponde às práticas mais comuns das sociedades pré-

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² Professora da Universidade Federal do Maranhão - Campus VII. Aluna da Pós- Graduação (Doutorado) do Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais.

³ Professora da Universidade Federal do Maranhão - Campus VI. Aluna da Pós Graduação (Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

⁴ Professora da Universidade Ceuma. Aluna da Pós-Graduação (Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

capitalistas, na qual a principal característica é a de que a morte era mitologizada pela noção de uma outra vida no Hades, no purgatório, no inferno ou no paraíso.

Outra forma é a *recalcada*, que significa uma espécie de negação da morte. Tem como principal característica, evitar a idéia de morte afastando-a, encobrindo-a e reprimindo-a de nós o máximo possível. É a tendência das sociedades de nossos dias.

Uma das primeiras observações de Elias é a que se refere ao fato da morte ser um problema para os vivos e não para os mortos – estes não têm problemas – e isso só acontece porque a morte é a consciência que temos dela. Nós, seres humanos, somos os únicos seres vivos a ter conhecimento da morte.

Desse modo, apesar de ser uma disposição “natural” dos animais e dos humanos, a morte, ou mais exatamente, o conhecimento da morte, que é para Elias restrito aos humanos, teve que passar pelo processo de aprendizagem. Nesse sentido diz Elias: *Ela é variável e específica segundo os grupos, não importa quão natural e imutável possa parecer aos membros de cada sociedade particular: foi aprendida.*⁵

Elias refuta a tese idealista e romantizada do historiador Philippe Ariès, que faz parte da tradição da História das Mentalidades. De acordo com Ariès, no passado, *as pessoas morriam em paz e na serenidade*. Desse modo: (Philippe Ariès Apud: ELIAS 2001: p. 20):

Assim, {isto é, calmamente} morreram as pessoas durante séculos ou milênios... Essa atitude antiga, para a qual a morte era ao mesmo tempo familiar, próxima e amenizada, indiferente, contrasta com a nossa, em que a morte provoca tal medo que não mais temos coragem de chamá-la por seu nome. É por isso que chamo essa morte familiar de *morte domesticada*. Não quero dizer que tenha sido selvagem *anteriormente*... Quero dizer, ao contrário, que se tornou selvagem *hoje*.

A instigante imagem da *morte domesticada* como um acontecimento familiar, ou melhor, uma suposição de imagem da morte como um processo sereno e calmo apresentado por Philippe Ariès significa um sentido de morte naturalizado ao extremo. Afirmava Ariès (1977, p. 21): que “todos admitiam a morte *tranquilamente* (GRIFO DO AUTOR). Não apenas não retardavam o momento de prestar contas, como

⁵ Quando Elias (2001, p.11) fala sobre a aprendizagem do trato com o morrer e a morte, ele se refere ao processo que necessita ser apreendido das interpretações e de nossas habilidades sociais sobre os códigos, comportamentos e normas usados socialmente que garante a sobrevivência do próprio grupo, pois as determinações históricas da morte estão associadas diretamente às crenças e códigos que as pessoas têm e que costumam seguir.

também se preparavam calma e antecipadamente [...] e extinguíam-se com uma espécie de alívio”.

Morrer, pode ter significado também dor e tormento na Idade Média. Antigamente, os indivíduos tinham menos possibilidades de aliviar suas dores e tormentos físicos. Muitas pessoas morreram em terríveis agonias assoladas pelas pestes e muitas delas temiam a morte que as circundavam. Será que é realmente possível falar em morte pacífica no passado? Eis um dos questionamentos de Elias.

De acordo com o pensamento de Elias, não se trata de uma substituição da serenidade pela angústia, mas a mudança da familiaridade pela estranheza, da tomada da responsabilidade coletiva para a individualização, da expressão das emoções e sentimentos para a sua repressão e do acompanhamento permeado de ritualística para o moribundo, para o seu isolamento medicado desritualizado. Em suma, está-se rumo a um processo de intervenção estatal sobre as práticas corporais, sobre os nascimentos, controles, vigilância e sobre a morte.

Nesse sentido, o controle sobre a forma como as pessoas morrem ou devem morrer passa pela estatização que se reproduz no monopólio do saber médico sobre os doentes e moribundos. De acordo Ziegler apud Wildoberto Gurgel (2008, p.53):

De agora em diante, o morto será expulso do drama que ele vive; nunca mais as suas necessidades íntimas (ou as dos seus parentes e amigos), suas reivindicações, sua vontade serão levados em conta. Importam apenas os parâmetros técnicos da conduta daqueles que têm autoridade para reger a morte do outro. O novo imperialismo médico instaura-se pela violência. Nasce uma classe de tecnocratas dominando a morte alheia segundo normas técnicas de que ela própria possui definição e o controle.

Esse tipo de controle social no âmbito da biopolítica atua no domínio dos controles exteriores calcados na disciplina. Trata-se de uma ação estatal tanto direta quanto indireta que aciona instrumentos coercitivos sobre os indivíduos. Por trás existe tanto uma imposição de uma forma de morrer, referente a hegemonicamente hospitalar, quanto um adestramento com base em condicionantes que incutem nos indivíduos um aprendizado cada vez mais forte: “Os indivíduos aprendem não somente desejarem a assistência hospitalizada, mas a ela se submeterem docilmente”.⁶

⁶ ELIAS. Norbert. A Solidão dos Moribundos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. (p. 57).

2. O PROCESSO CIVILIZADOR: a morte e o progresso da ciência médica e a intervenção estatal sobre as práticas corporais – tempo de mudança.

Na época das grandes epidemias, os homens foram impotentes diante das doenças e das pestes que mataram inúmeras pessoas. Segundo o dogma religioso presente no ocidente cristão a explicação se assentava na idéia de que Deus enviava a doença aos homens por causa do pecado.

No momento em que ainda não haviam médicos, as pessoas iam em busca de benzedeiros, parteiras e até adivinhos, cujas atuações eram uma mistura de “remédios”, magias, saberes “médicos” populares e práticas religiosas. De acordo com Philippe Adam e Claudine Herzlich (2001, p. 33):

Essa proximidade entre medicina, magia e religião, característica das medicinas antigas, tanto eruditas quanto populares, existem em todas as culturas. Nas sociedades tradicionais, as representações da doença estão relacionadas a concepções mais gerais: as do universo, dos deuses, da pessoa, das relações dentro de uma linhagem. As práticas de diagnósticos e tratamento sempre incluem elementos mágicos religiosos: sessões de adivinhações para a identificação das causas do problema, sacrifícios aos deuses ou gênios, exorcismos para expulsar das pessoas o demônio ou a entidade causadora da doença. Quase sempre o terapeuta é também sacerdote ou feiticeiro, em certos casos, esses três atores são considerados como igualmente capazes de tratar da doença

Entretanto, a medicina moderna se apresenta de modo muito diferente. Ela se caracteriza por uma orientação científica, pela especialização do médico e pela busca de um saber racional.

A morte no hospital não representa uma ocasião de cerimônia ritualística presidida pelo moribundo em meio a todos os seus familiares e amigos íntimos. A morte medicalizada é um fenômeno técnico que pode ser causado pela não resposta do corpo, dos órgãos, ou por uma decisão do médico e da equipe hospitalar, de maneira mais ou menos declarada. Cumpre salientar que se trata de um domínio externo ao moribundo. Assim, os médicos e a equipe hospitalar, os legítimos peritos desse processo – são eles os donos da morte.

Interessante notar que no âmbito dos estudos sobre as práticas corporais e a administração estatal sobre o corpo, muitas foram as resistências em se trabalhar com esse tipo de objeto. Como apontou Dominique Memmi (2000), foi necessário chegarmos aos anos 60 para que os intelectuais franceses se esforçassem no sentido de abordar o corpo como objeto legítimo de estudo. Nessa tomada do corpo como um dado

concreto a ser produzido e reproduzido pela sociedade, dois autores são referências importantes segundo Memmi: Foucault e Elias.

Nesse sentido, o processo de individualização⁷ das sociedades ocidentais (que corresponde a quarta característica das sociedades desenvolvidas apontadas por Elias) afastou consideravelmente a relação com a morte das práticas religiosas tradicionais e de sua formalização coletiva. A tendência é o isolamento humano. Então, é possível perceber que houve, certa reestruturação de práticas e de suas determinantes, pois uma organização estatal da morte tornou-se imperativa e tomou para si a antiga função de grupos humanos no trato com a morte. Adverte-se que na verdade, nada na história da relação com a morte indica que essas mudanças tenham sido realizadas *racionalmente*, por meio de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou grupos. Segundo as concepções de Elias⁸, “o que aqui se coloca no tocante ao processo civilizador nada mais é do que o problema geral da *mudança histórica*. Esse processo é conhecido como *medicalização* da morte e tem como origem histórica a morte em sua face interdita, que se remete à descoberta das primeiras regras de higiene nos países europeus do final do século XVIII para o XIX. De acordo com Maria E. Epele (1995 ; p: 2):

Desde el siglo XIX, em la sociedad occidental se inicia el proceso de medicalización, por el cual áreas de la vida social antes reguladas por outro tipo de poderes, cayeron bajo el control de la medicina. De este modo, el proceso de morir de las personas, antes regulado por la familia y las comunidades religiosas, fue progresivamente desplazándose bajo el dominio del sistema médico.

A medicalização da relação com a morte coloca o fenômeno da morte na ordem de entendimento e explicação científicos dos fins naturais e não mais na ordem religiosa da passagem ao mundo sobrenatural.

Assim, as necessidades sociais dos viventes são produtos do movimento historicamente determinado pelas condições que permitiram o desenvolvimento da medicina e também o desenvolvimento urbano implicando num maior controle social.

⁷ Nessas sociedades uniformemente pacificadas em que a vida comunitária demanda um controle completo de todos os impulsos e um arrefecimento permanente das emoções violentas, há certas características comuns da estrutura da personalidade que transcendem a classe e outras diferenças de grupo. E elas emergem apenas pela comparação com sociedades em diferentes estágios de civilização. Essas características comuns incluem o alto grau de individualização, a ampla e constante contenção de todos os impulsos instintivos e emocionais fortes e uma tendência ao isolamento. (ELIAS: 2001: p. 67).

⁸ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1993, 2 v. (p. 194).

Tornou-se cada vez mais influente a ideologia da medicina, a qual julgava ser necessário prevenir doenças, higienizar o ambiente e reorganizar a morte. Segundo Elias (2001: p: 56):

O conhecimento da implacabilidade dos processos naturais é aliviado pelo conhecimento de que, dentro de certos limites, eles são controláveis. Mais do que nunca, podemos hoje esperar – com a habilidade dos médicos, a dieta e os remédios – o adiantamento da morte. Nunca antes na história da humanidade os métodos mais ou menos científicos de prolongar a vida foram discutidos de maneira tão incessante em toda a sociedade como em nossos dias (...) A constatação de que a morte é inevitável está encoberta pelo empenho em adiá-la mais e mais com a ajuda da medicina e da previdência.

Essa forma médica de assistência aos moribundos consolidou-se por meio do *controle social sobre os corpos*. Criou-se uma cultura médica que teve tendência a espoliar do moribundo sua própria morte. Assim, à medida que o moribundo vai definhando e atingindo sua finitude, a existência deixa de ser sua e torna-se do outro, seja da equipe da enfermagem, dos médicos e posteriormente dos agentes funerários. Nesse sentido, de acordo com Boltanski (1979), houve uma espécie de monopolização dos atos médicos sobre os moribundos. Decorrente disso, os indivíduos “aprendem” que a assistência hospitalar é indispensável e mais do que isso, tais indivíduos se submetem docilmente a tal controle, reconhecendo-os como legítimos.

O trato com o próprio corpo e o corpo do outro tem uma referência naquilo que Boltanski designou como “Código de boas maneiras” para viver com o corpo. Trata-se de habilidades ou modos comuns a todos os membros de um grupo social que seguem de maneira bastante interiorizada o repertório desejado pelo sistema de dominação e que tem sua base num programa ideológico do controle social sobre a morte.

De acordo com Boltanski⁹, tem-se o fenômeno da *expropriação da morte* tutelada pelo médico que está em permanente disputa com outras formas de controle social sobre a saúde das pessoas.

Não muito distante das perspectivas de Boltanski, mas com suas especificidades próprias, encontra-se o desenvolvimento de um pensamento sobre a discussão em direção a uma nova confissão laica sobre a nova administração estatal dos

⁹ Boltanski (1979,p.135) demonstra como a relação terapêutica torna a relação profissional x paciente uma relação de subordinação e dependência. O paciente representa o objeto da relação e o médico é aquele que manipula fisicamente o objeto e que tem o poder de manipular as sensações do doente utilizando seu arsenal de técnicas reconhecidas e aprovadas socialmente.

corpos proposta por Dominique Memmi. Para esta autora que limita seu espaço de reflexão para a intervenção estatal e sua nova administração sobre as práticas corporais na França, que segundo ela se desenvolveu em três etapas, tem-se um cenário contemporâneo de manipulação sobre os corpos a partir da intervenção do controle médico.

A referida autora afirma a existência de uma tendência contemporânea de controle estatal e de aperfeiçoamento de estratégias econômicas além do desenvolvimento de uma vigilância contemporânea sobre os corpos e as práticas corporais. Então, surgindo para promover uma gestão sobre o aleatório biológico, o Estado cria técnicas de intervenção nas práticas que antes eram da esfera privada do indivíduo (aborto, contracepção, eutanásia etc.) a autora faz referência a Elias e a Foucault e apoia-se nas perspectivas dos “faire-vivre” e “laisser mourir” eixos do biopoder.

Existem formas de interferências estatais e expressões do biopoder hoje percebidas pela autora na França que estão relacionadas; tem-se um tipo específico de vigilância e de atuação: (2000, p.6):

Mais à quel type de surveillance avons-nous alors affaire? le déplacement contrôle étatique de la punition vers la surveillance mène-t-il pour autant à un redéploiement du mode de contrôle de l'état vers un contrôle disciplinaire? mène-t-il à cette mise en place et en rang des corps, des gestes, des postures que Foucault nous a longuement décrite à propos de l'ordre pénal, mais aussi scolaire? Bien évidemment, non: si 80% des mourants se retrouvent aujourd'hui à l'hôpital, c'est dans des services dispersés, et les femmes réclamant des moyens contraceptifs ou celles destinées à avorter, par exemple, ne se trouvent que fugitivement captives des services hospitaliers... le contrôle sur l'usage qu'elles feront de leur corps s'opère évidemment à la faveur d'autres procédures.

Controle, vigilância financeira, formas de intervenção sobre as práticas corporais são expressões de uma legítima administração do Estado e órgãos estatais de caráter da biopolítica que se perfaz efetiva pelas orientações de fazer viver e deixar morrer. Diante dessa realidade, será que nossos corpos realmente nos pertencem?!

Nessa perspectiva, a da “biopolítica” nos termos de Foucault, deseja-se e promove-se a vida. Faz-se com que as pessoas vivam cada vez mais, mesmo no instante em que elas deveriam biologicamente estar mortas. Foucault, tratando das *técnicas e tecnologias de poder*, demonstra que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi a assunção da vida pelo poder. Ele explica que esse poder é sob o ser humano vivo

devido a uma espécie de *estatização do biológico*. Assim, ao se referir as tecnologias de poder, ou melhor, do “biopoder”, Foucault afirma que os primeiros alvos desse controle foram o conjunto de processos dos nascimentos e dos óbitos etc. Na época que vige a biopolítica, é imperativo o poder de “fazer-viver”.¹⁰

Ora, para Foucault (2002), agora o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver e também na maneira de viver e no como viver, a partir do momento em que, segundo ele, o poder intervém, para aumentar a vida, para controlar seus acidentes. Nesse sentido, a morte é o termo da vida e ao mesmo tempo o limite e a extremidade do poder.

Para Rabinow, Michel Foucault identificou o poder “biotécnico” como a forma caracteristicamente moderna de poder. O biopoder designa aquilo que faz com que a vida e seus mecanismos entrem em domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida. De acordo com Rabinow, historicamente, as práticas e discursos do biopoder agruparam-se em dois pólos distintos: a “anátomopolítica do corpo humano”, âncora e alvo das tecnologias disciplinares, e um pólo regulador centrado na população com uma panóplia de estratégias concentradas no saber, no controle e no bem-estar. (1979, p.135)

O controle e tecnologias traduzem um monopólio sobre a forma de viver dos indivíduos e se estendermos tal monopolização para o campo do morrer, também perceberemos que o controle social, aí se estabelece fortemente.

3. MORFOLOGIAS E CONFIGURAÇÕES: a morte e suas tensões.

A *configuração* representa um sistema de interações. Todos os seres que nela estão implicados contribuem a partir de suas ações para modificar uma situação, costumes, comportamentos e representações lhe conferindo sentido e em muitas vezes até reestruturando condutas.

Dizer, portanto, que os indivíduos estão dispostos em configurações, significa dizer que o ponto de partida da pesquisa sociológica é tomar a pluralidade de indivíduos e suas relações de interdependência.

¹⁰ Foucault explica que a Soberania fazia morrer e deixava viver e agora aparece um poder regulamentador que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. Respectivamente trata-se da Soberania e do Biopoder.

Partimos então, para a tentativa de visualizar a noção de tempo em seu viés de mudança, tomando como referência algumas morfologias e tensões sobre a morte em épocas passadas até chegar a morfologia atual, que segundo Elias expressa uma dissimulação da morte, que desde já advertimos, não deve ser compreendida como um comportamento social *planejado* e *calculado* a longo prazo.

De um modo geral, na tentativa de apontar algumas mudanças profundas que interferiram no trato com a morte em diferentes épocas, e é claro, não deixando de considerar que foram historicamente determinadas, tem-se na maioria das vezes seu surgimento na dinâmica do conflito entre os padrões de classes mais antigas, e os de outras, mais novas, em ascensão – típicas relações *establishment* e *outsiders* em alguns casos –. Uma referência pode ser apontada a partir do século XII e XIII que já anunciavam outra concepção de morte que se consolidou com a desagregação das comunidades cristãs e feudais. Com o contexto das transformações econômicas e do desenvolvimento da classe burguesa no período pré-capitalista observa-se a intensificação da individualização das sepulturas, antes privilégio da nobreza e do clero. Os burgueses foram os primeiros a adentrar nos domínios funerários aristocráticos, no qual buscavam preservar suas identidades individuais. Para além dessa preservação, havia uma disputa por privilégios e ainda a tentativa pela classe burguesa de penetrar nos costumes de corte, ao qual era excluída.

Entretanto, o conflito de padrões anterior na relação entre vivos e mortos durante a Antiguidade Clássica possuía outras questões de poder em jogo. Na Roma antiga, temia-se a vizinhança dos defuntos, pois se acreditava que eles iriam voltar para perturbar os vivos. O culto que lhes eram oferecidos tinha a finalidade básica de impedir que sua alma perturbasse os vivos. Suas sepulturas eram mantidas à distância e isso fez com que todos os túmulos na Roma se localizassem fora da cidade. Mas quando o cristianismo tornou-se religião oficial do Império Romano, novos conflitos apareceram e cederam espaço às mudanças. A exemplo, as sepulturas foram introduzidas nas cidades, contrariando as antigas tradições e no caso das sepulturas dos mártires, não se temia que estes viessem atemorizar e perturbar os vivos, pois passou-se a acreditar que eles protegeriam os outros mortos.

Em meados do século XIX, observou-se ainda outro conflito em torno das questões do processo de morrer. O domínio da organização da morte pelo poder eclesiástico, sua ritualística, costumes, enterramento nas igrejas e o controle sobre o corpo, mente e comportamento dos fiéis, foi suplantado pelo controle estatal da morte

cujo pilar foi a ideologia e tecnologia médicos com suas inovações de assepsia, reestruturações geográficas da cidade, criação de cemitérios, hospitalização da morte e domínio sobre as práticas corporais. De acordo com Elias (2001: p: 30-31):

Hoje as coisas são diferentes. Nunca antes na história da humanidade foram os moribundos afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social; nunca antes os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte à sepultura.

A nova organização da morte da qual somos sujeitos em interação permanente, promoveu novos problemas para os vivos e disseminou mais profundamente o “tabu” da morte. As variações nas expressões de afetos e sentimentos modificaram-se profundamente, pois a maneira como os indivíduos passaram a se relacionar com a experiência da morte do outro, produziu um grau de reservas das expressões jamais vistas anteriormente.

Uma das conseqüências da perfeição técnica da medicina e dos novos hábitos instituídos e *reconhecidos* foi o fato de *os moribundos terem sido fatalmente afastados para os bastidores da vida social* como sugere Elias.

A morte, em certos momentos tornou-se uma situação constrangedora. Cumprimentar, em velórios os familiares do falecido não é uma situação confortável para ninguém.

À falta de algo mais original e menos forçado, assume-se expressões mais compungidas, como por exemplo, estender a mão e pronunciar o indefectível – *Meus pêsames...*

Se a morte ocorreu após longa enfermidade, acrescentamos – *Sofreu muito! Finalmente descansou...*

Há ainda aqueles que conseguem, ao mesmo tempo, lamentar a morte e promover o morto – *Coitado! Tão bom!... morreu!*

O contrário também ocorre com frequência. Se o moribundo se tratava de um jovem, comentam – *Os bons morrem cedo!* (idéia nada lisonjeira para os idosos!).

Quanto aos efeitos que se manifestam em relação às expressões, sentimentos e comportamentos de acordo com Norbert Elias, é que eles se tornaram cada vez menos espontâneos e raras as suas demonstrações públicas. Tem-se uma espécie de código mecanicamente instituído e composto de frases pré-fixadas e curtas acompanhadas de um silêncio mórbido. Não há mais espaço para manifestação aberta de choro e emoções mais fortes. Segundo Norbert Elias (2001: p: 35):

Na presença de pessoas que estão para morrer – e dos que as pranteiam – vemos, portanto, com particular clareza um dilema característico do presente estágio do processo civilizador. Uma mudança em direção à informalidade fez com que uma série de padrões tradicionais de comportamentos nas grandes situações de crise da vida humana, incluindo o uso de frases rituais, se tornasse suspeita e embaraçosa para muitas pessoas. A tarefa de encontrar a palavra e o gesto certos, portanto, sobra para o indivíduo. A preocupação de evitar rituais e frases socialmente prescritos aumenta as demandas sobre a capacidade de invenção e expressão individual. Essa tarefa, porém, está muitas vezes fora do alcance das pessoas no estágio corrente da civilização. A maneira como as pessoas vivem em conjunto, que é fundamentalmente nesse estágio, exige e produz um grau relativamente alto de reserva na expressão de afetos fortes e espontâneos.

Os viventes enfrentam os inúmeros tabus que proíbem a demonstração de suas emoções, embora, eventualmente elas possam até acontecer. Nesse estágio do processo civilizador, é cada vez mais difícil um gesto mais aberto, um sentimento mais excessivo, um choro dolorido vivido publicamente. Os sentimentos foram esvaziados.

Todos esses efeitos concernentes às emoções, sentimentos e afeições, ou seja, - para ser mais preciso - o esvaziamento e a não demonstração de tais comportamentos ajuda a compreender o quanto a experiência da morte é indesejada pelos indivíduos que a repelem do cenário da vida. São as nossas atitudes, os modos como encaramos a morte, nossa própria dinâmica em meio as relações de dependência entre nós e os outros que moldam a sociedade. As relações de tensões são as verdadeiras inspirações das mudanças do processo civilizador que à propósito como afirma Elias, o processo civilizador não tem começo ou fim. A civilização ainda não terminou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualidade do tema e a reflexão realizada neste trabalho dão-se pela motivação de discutir um tema por muito tempo silenciado, enquanto um assunto interdito e banido do cenário da vida, uma vida moderna que se caracteriza cada vez mais pela atitude de recusa da morte.

A referência à sociologia de Norbert Elias como um solo analítico sobre a morte nos possibilitou compreender o fenômeno da morte enquanto um processo que só tem sentido quando os indivíduos em suas relações conferem significados ao seu percurso histórico e também percebem que as determinações e interferências estatais sobre as práticas corporais nos levam cada vez mais a perder o autocontrole sobre nossos próprios corpos.

O intuito foi o de tentar pensar os problemas sociológicos relativos a experiência da morte a partir do viés dos agrupamentos dos indivíduos e de suas interações.

Finalmente, ressaltamos que as percepções das configurações requerem um treinamento intenso, pois exige a observação apurada da tessitura das relações e, pensar em termos de relações implica um grau de dificuldade cada vez maior para o sociólogo, pois ao mesmo tempo em que a sociedade é, em certo sentido, o fator de caracterização e de uniformização, ela também é um fator de individualização e fragmentação. Assim, diante desse complexo universo social, somente um esforço interpretativo relacional pode nos auxiliar na busca de ultrapassar o obscurantismo dos objetos e enveredar pelo caminho fantástico das descobertas que alimentam a nossa cede de conhecer.

Nesse terreno da reflexão sobre a finitude é necessário expandir e colocar em discussão a seguinte fórmula: *Et moriemur*, morremos todos. Nós e os outros. E, na certeza dessa condição devemos buscar sempre o caminho de entendimento sobre as múltiplas interações entre a vida e a morte.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS. PHILIPPE. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- ELIAS. Norbert. **A Solidão dos Moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- _____. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, vol. 1.
- _____. **O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. vol. 2.
- _____. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. **Introdução à Sociologia**. Lisboa / Portugal: Edições 70, 1970.
- _____. **Mozart: Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- _____. **A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001
- _____. **A Peregrinação de Watteau à Ilha do Amor**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. **Escritos e Ensaios – Estudos sobre a gênese da profissão naval –** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2º Ed, 2006.
- BOLTANSKI. L. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- EPELE. Maria E. **La relación médico-paciente em el câncer terminal: uma aproximación a la muerte em la sociedad compleja**. Revista Chilena de Antropologia. nº 201, mayo, 1995.

FOUCAULT. Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MEMMI. Dominique. **Vers une confession laïque? La nouvelle administration étatique des corps**. Revue française de science politique, Année 2000, vol. 50, n°1 (p. 3-20)

RABINOW. Paul. **Antropologia da Razão**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2002.